Fêmea

CFEMEA - Centro Feminista de Estudos e Assessoria

ANO III Nº 26 | BRASÍLIA - DF | ABRIL/95

REFORMAS NA PREVIDÊNCIA PREJUDICAM AS MULHERES

Está na hora de aproveitar a disposição do Congresso às questões da mulher
Editorial

Suposto colapso da Previdência serve de justificativa para retrocesso nas conquistas das mulheres
páginas 3, 4 e 5

Foto: Arquivo Centro de Memória Sindical

Foto: Milton Soares - Arquivo: Centro de Memória Sindical

Ministro Nelson Jobim nomeia conselheiras para CNDM
Rosiska é a nova presidente
página 6

Agora mulheres presidiárias têm direito a amamentar seus filhos
página 7

Foto: Arquivo Centro de Memória Sindical

Pequim' 95
Confronto entre bloco progressista e grupo conservador inviabiliza resoluções na terceira PrepCom
páginas 8, 9, 10 e 11

EDITORIAL

Novo ritmo do Congresso pode favorecer mulheres

O Congresso Nacional está trabalhando a todo vapor. Todas as Comissões Técnicas e os Plenários, tanto da Câmara dos Deputados quanto do Senado Federal têm se reunido sistematicamente, analisado e deliberado sobre as pautas que lhes são propostas. Os debates sobre a Reforma Constitucional estão acontedendo em várias instâncias. O Poder Legislativo está com fôlego renovado. Vários projetos relacionados aos direitos das mulheres foram apresentados ou desarquivados, e tantos outros que seguiram tramitando da legislatura passada estão sendo apreciados.

A bancada feminina no Congresso Nacional, agora mais articulada, tem tido reuniões mensais para discutir as estratégias para a aprovação de leis e de outras iniciativas que garantam ao tema "mulher" maior visibilidade. A participação de oito parlamentares na reunião do Comitê Preparatório à IV Conferência Internacional sobre a Mulher (veja matéria na página 9) propiciou a definição de um plano de trabalho no âmbito da Câmara dos Deputados e do Senado Federal para a igualdade de direitos.

Nestes últimos dois meses o Congresso aprovou três projetos de lei que atendem a reivindicações históricas do movimento de mulheres: um deles já é lei e prevê a criminalização das empresas que exigirem de atestado de esterilização e exame de gravidez para a admissão ou permanência no emprego. O outro, que tratava de garantir a realização de teste de DNA (para a investigação de paternidade) na rede pública de saúde foi vetado pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso. O último deles, obriga os presídios a terem berçários para que as mulheres detentas possam amamentar seus filhos, está aguardando a sanção presidencial (mais detalhes na página 7).

O Congresso já aprovou três projetos de lei sobre os direitos das mulheres - um resultado recorde que reflete a articulação do movimento.

Nos próximos dias, duas proposições há muito debatidas no movimento de mulheres estarão em pauta: no Plenário do Senado Federal, novamente, será debatido o projeto de lei que trata da regulamentação do emprego doméstico. E na Comissão de Assuntos Sociais será apreciado o Projeto de Lei da Câmara regulamentando o planejamento familiar.

Estão sendo articuladas, em nível das Comissões Técnicas da Câmara, audiências públicas para tratar dos projetos de lei punem o assédio sexual e a violência doméstica e familiar, matérias também prioritárias para o movimento.

A questão da Reforma da Previdência Social vem sendo debatida permanentemente. Entretanto, o impacto que as propostas em tramitação terão sobre a população feminina têm tido pouca, ou quase nenhuma, visibilidade dentro do Congresso Nacional e mesmo na grande imprensa (veja matéria na página 3). Se olharmos o noticiário e os debates travados sobre este assunto, temos a nítida impressão de que somente os homens são contribuintes, quando na verdade as mulheres serão as maiores prejudicadas com o fim da aposentadoria diferenciada (5 anos antes dos homens). Uma audiência pública para tratar especificamente da questão da mulher na Reforma Previdenciária está sendo articulada para chamar a atenção dos congressistas e da opinião pública para o problema. Pretende-se , nesta oportunidade, dar voz às organizações de mulheres para exporem suas reivindicações e propostas.

O movimento de mulheres deve, portanto, estar atento ao novo ritmo de trabalho do Congresso Nacional, acompanhando e participando das discussões, apresentando suas reivindicações e indicando prioridades. O ânimo dos parlamentares, que nos favorece, exige nossa articulação e iniciativa para evitar atropelamentos.

Em maio, a Conferência de Mulheres Brasileiras Rumo à Pequim'95, promete ser um grande fórum para a articulação do movimento de mulheres, um momento ímpar onde poderemos discutir e definir linhas de ação prioritárias, tanto frente ao Poder Executivo, quanto ao Legislativo. Esperamos encontrar com todas vocês no Rio! Até lá!

CFEMEA - CENTRO FEMINISTA DE ESTUDOS E ASSESSORIA
SCN, Ed. Venâncio 3000, s/ 602 -70718-900 Brasília, DF - Telefone: (061) 225-1664 Fax: (061) 225-2336
Programa DIREITOS DA MULHER NA LEI E NA VIDA
Equipe responsável: Gilda Cabral, Guacira César de Oliveira, Iáris Ramalho Cortês, Malô Ligocki e Marlene Libardoni.
Conselho Consultivo: Parlamentares: Deputada Jandira Feghali, Marilu Guimarães, Rita Camata, Sandra Starling e Socorro Gomes. Deputados José Genoíno e Nelson Jobim. Senadoras: Benedita da Silva e Marluce Pinto.
Feministas: Dóris Louise de Castro Neves, Florisa Verucci, Gilse Concenza, Heleieth Saffioti, Lídice da Mata, Luci Choinacki, Marah Régia, Maria Berenice Godinho Delgado, Maria Bethânia de Melo Ávila, Maria Luiza Fontenele, Maria Tereza Augusti, Rosiska Darcy de Oliveira, Sílvia Pimentel, Sueli Carneiro e Zulaiê Cobra Ribeiro.
Comitê de Especialistas: Ana Maria Costa, Dóris Louise de Castro Neves, Eleonora Menecucci de Oliveira, Elizabeth Garcez, Florisa Verucci, Isabel Grein, Leilah Borges da Costa, Márcia Camargo, Maria do Carmo Menezes, Maria do Socorro Jô Moraes, Paola Capelin Giuliana, Sarah Sorrentino, Sílvia Pimentel, Sônia Corrêa e Sueli Carneiro.
Conselho Editorial: Guacira Oliveira, Gilda Cabral e Malô Ligocki
Jornalista Responsável: Diva Ferreira; **Reg.** 1317/1605/5 PE
Colaborador: Alexandre Machado
Composição e Arte Final: Adriano Fernandez Cavalcante
Impressão: Gráfica BONTEMPO LTDA. - Brasília - DF
Apoio: Fundação Ford e Fundação MacArthur.
Apoio Encarte Fêmea-Pequim '95: Fund. MacArthur e FNUAP

REFORMA PREVIDENCIÁRIA

Direitos da mulher estão em risco

Estão em risco os direitos que as mulheres asseguraram com muita luta na Constituição Federal. As propostas de Reforma da Previdência Social que estão sendo debatidas no Congresso Nacional eliminam o direito da mulher a uma aposentadoria diferenciada em relação aos homens. Sob o argumento de que deve se dar um tratamento igualitário para homens e mulheres, as emendas constitucionais apresentadas pelo Governo e pelo Partido dos Trabalhadores propõem a extinção do direito da mulher trabalhadora, consagrado na Constituição, de aposentar-se cinco anos antes que os homens. (Veja artigo de Virgínia Botelho, publicado na página 5) . Dois boxes, na página 4, destacam os aspectos mais relevantes destas propostas, no que se refere à mulher especificamente.

NÃO HÁ COLAPSO NA PREVIDÊNCIA

O Boletim do DIAP, (março último) publicou um artigo de Luiz Alberto dos Santos, onde ele esclarece que ambas as propostas - do Governo e do PT - partem da premissa que o sistema previdenciário em vigor está em colapso e que é impossível manter um sistema de seguridade social viável com a extensão dos benefícios e privilégios atuais. Luiz Alberto argumenta que, a idéia de colapso da Previdência é incompatível, por exemplo, com a destinação de recursos da seguridade para custeio das despesas do Tesouro Nacional, ou com a idéia de que possam ser retidas pelo Tesouro, receitas da Seguridade, conforme determinou a MP-935.

SALDO POSITIVO

A despesa com benefícios de janeiro de 1995 (R$ 1,6 bilhões) comparada com a receita de contribuições para a seguridade social no mesmo período (cerca de R$4 bilhões) demonstram um saldo de caixa favorável, que se soma ao saldo de caixa positivo do ano de 1994 (cerca de R$ 2 bilhões). As despesas da União com pessoal e encargos, no mesmo mês, revelam um grau de comprometimento da receita corrente disponível de 36%.

Plantadora de milho - Foto: Milton Soares (arquivo)

As propostas de Reforma da Previdência Social estão em discussão, ainda que estas mudanças não possam ser consideradas inadiáveis e indispensáveis à governabilidade, como confirmam os dados apresentados por Luiz Alberto Santos. E o fato é que elas prejudicam a mulher em seu já parco quinhão. Queremos igualdade sim, mas não se pode conceder tratamento idêntico em condições absolutamente desiguais. Desigualdade esta que deve-se em grande medida ao fato de que as próprias leis estabelecidas não são cumpridas pela falta de fiscalização.

SEM REGISTRO

Entre as empregadas domésticas, uma das categorias que mais concentra o emprego feminino, o direito ao registro em carteira é uma conquista recente e que poucas vezes vem sendo cumprido. Em São Paulo, por exemplo, apenas 20,4% das empregadas domésticas tinham registro em carteira em 1987. Para as trabalhadoras rurais a situação é ainda mais grave: apenas 18% tem registro. Se aprovada a extinção da aposentadoria por tempo de serviço e a exigência de 40 anos de contribuição para gozar deste benefício, estas mulheres estarão completamente alijadas do direito de algum dia se aposentarem.

Grande parte das mulheres que já são mães vêem-se obrigadas a sair do mercado formal de trabalho (com carteira assinada) para realizar trabalhos domiciliares e atividades informais, porque nestes setores encontram maior flexibilidade de horário para o trabalho doméstico e o cuidado dos filhos.

REFORMA PREVIDENCIÁRIA

CONDIÇÕES DESIGUAIS

Mas, em contraposição, não têm qualquer tipo de garantia. Isto deve-se ao fato do próprio Estado não assumir, entre outras coisas, o seu dever constitucional de atender em creches as crianças de 0 a 6 anos de idade, das empresas também não assumirem o seu papel social, da família não compartir as tarefas domésticas, recaindo todo o peso deste trabalho e do cuidado com os filhos sobre os ombros das mulheres.

No Brasil, recebemos salários que equivalem a menos da metade dos salários dos homens em funções equivalentes, somos apenas 1/3 dos aposentados deste país e ainda nos cobram esta conta? Há que se pensar que papel o Estado, e mais especificamente o sistema de seguridade social, deve ter no sentido de compensar as mulheres pelas condições desiguais em que vivem, e mais do que isto, que medidas tomar para efetivamente reverter este quadro.

PROPOSTA DO GOVERNO

Na proposta do Governo, as regras à concessão de aposentadoria para homens e mulheres, urbanos ou rurais, são as mesmas. Todos terão que ter contribuído por, pelo menos, 40 anos com a Previdência Social e ter, no mínimo, 60 anos de idade para que possam aposentar-se. Desta forma, extingue-se a aposentadoria por tempo de serviço. As regras para a concessão deste benefício não mais constarão da Constituição, mas serão definidas em lei complementar.

PROPOSTA DO PT

A proposta do Partido dos Trabalhadores também trata indiscriminadamente homens e mulheres para fins de aposentadoria. A única exceção refere-se às trabalhadoras rurais e às que exercem atividades em regime de economia familiar, inclusive pequenas produtoras rurais, garimpeiras e pescadoras, que têm assegurado nesta emenda o direito de, durante os próximos 10 anos, aposentarem-se aos 55 anos de idade. A proposta petista mantém o direito à aposentadoria por tempo de serviço, desde que comprovados 35 anos de contribuição.

A aposentadoria por idade é fixada em 60 anos, e para ter direito ao benefício a(o) trabalhadora(or) deve ter contribuído por pelo menos 25 anos com a Previdência Social. A proposta do PT foi apresentada pelo Deputado Eduardo Jorge (PT-SP) e amplia o prazo da licença-gestante de 120 para 180 dias. Em recente artigo publicado na Folha de S. Paulo (07.04.95), o parlamentar fala sobre o seu projeto e argumenta que "a compensação pelas especificidades da mulher deve ser dada através de maiores benefícios na época da maternidade, nos primeiros anos dos filhos e com redução da jornada de trabalho, quando houver trabalho doméstico."

SAÚDE

REDE REALIZA III ENCONTRO

Cerca de 300 pessoas participaram nos últimos dias 30 e 31 de março do Debate Nacional "Mulher, Saúde, Sexualidade e Cidadania", promovido pela Rede Nacional Feminista de Saúde e Direitos Reprodutivos (RNFSDR), no Rio de Janeiro. O objetivo do evento era fortalecer a luta pela melhoria da atenção à saúde da mulher, a partir da definição de compromissos e responsabilidades e do estreitamento de parcerias. O público era formado por feministas, profissionais de saúde, professores universitários, pesquisadores e representantes de secretarias de saúde e ONG's.

Temas: ensino acadêmico, políticas públicas, recursos destinados à saúde da mulher e a questão da sexualidade - formaram um amplo mosaico sobre a questão da qualidade do atendimento à saúde da mulher no país. Um convite especial foi enviado ao Ministro da Saúde, Dr. Adib Jatene que não compareceu nem mandou representante. Sua ausência foi alvo de severas críticas por parte do público presente, considerando a importância do órgão na definição e implantação de políticas para a área. Foi lembrado, por exemplo, que o governo tinha anunciado uma semana antes, sua intenção de implantar um programa de planejamento familiar de amplo alcance e dirigido às mulheres.

As discussões desses dois dias serviram de ponto de partida para a Rede Nacional Feminista traçar as diretrizes de ação para este ano. O III Encontro da Rede, que aconteceu nos dias seguintes ao debate reuniu cerca de 70 representantes de ONG's e grupos de mulheres de todo o país. Entre as principais decisões do Encontro, destacam-se: a formação de um grupo de trabalho para discutir e apresentar uma proposta de revisão do PAISM (Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher); trabalhar a municipalização da saúde em nível nacional, principalmente junto às prefeituras; promover campanha em defesa da "maternidade com dignidade" e da implantação do aborto legal; acompanhar o processo de reforma constitucional, com ênfase na previdência (aposentadoria da mulher) e reforma tributária, e participar mais ativamente do processo de Beijing.

PREVIDÊNCIA SOCIAL

Propostas acirram desvantagens

* Virgínia Botelho

A proposta da Reforma da Previdência de equiparar a idade de homens e mulheres na obtenção de aposentadoria trará desvantagens adicionais para as mulheres trabalhadoras, cujo acesso aos benefícios é bastante inferior aos homens. Estas desvantagens, caso suas propostas sejam implantadas, não atingirão apenas as mulheres individualmente mas, as suas famílias, já que 23% do total dos aposentados são mulheres chefes de família, segundo dados da PNAD/ 1990.

Dados da Dataprev-Banco de Dados da Seguridade Social indicam como ainda é insignificante a participação das mulheres no rol dos aposentados.

Atualmente, os homens representam 67%, ou seja, dois terços da população que hoje recebem algum tipo de aposentadoria na área urbana. E portanto, as mulheres representam apenas um terço (33%) da população de aposentados. Isto deve-se principalmente à baixa participação da mulher em empregos com carteira assinada. Como é sabido a População Economicamente Ativa-PEA- é composta apenas por 39% de mulheres, sendo que menos de um terço destas, estão protegidas por leis trabalhistas.

Assim que, a intenção de equiparar a idade entre os sexos para obtenção da aposentadoria é, no mínimo precocemente colocada, desde que, pelo quadro existente da participação da mulher no mercado de trabalho, os recursos do sistema gastos com a população feminina são irrisórios.

Para que se tenha idéia destes números, podem ser usados os próprios dados da Dataprev. O que se vê é que as mulheres estão, em todas as faixas de idade, minoritariamente representadas entre os aposentados. Entre os 40 e 79 anos, a participação das mulheres entre 30% a 46% da repartição da quantidade de aposentadorias sendo mantidas. Portanto, o argumento de que a longevidade da mulher, que em média vive mais sete anos que os homens, acarretaria uma sobrecarga para os recursos da Previdência, é questionável, desde que eles se aposentam muito pouco em relação àqueles.Quanto ao fator idade a mulher só supera aos homens a partir dos 80 anos, quando eles são 55% dos aposentados. No entanto, nesta faixa, elas são 141 mil em 1993 representando a irrisória parcela de 1,6% de todos os aposentados.

Diante da inexistência de políticas de bem-estar social que protejam a família de mulheres carentes com filhos menores, a exemplo de programas existentes nos EUA e países europeus, as pensões representam, para as mulheres brasileiras, a única possibilidade da obtenção de seguro social para manutenção de renda de forma prolongada. No entanto, os gastos realizados com este tipo de benefício, que é a possibilidade que mulheres quando viúvas têm de obter seguro social - 95% das pensões vão para viúvas- representam apenas 22% dos gastos totais dos benefícios em manutenção. Portanto, também é questionável a proposta já aprovada de que pensões e aposentadorias não devem ser acumuladas.

É necessária a interpretação de dados que já existem, colhidos pelas PNADs/IBGE para que seja possível uma reflexão ponderada sobre a importância da participação dos recursos de aposentadorias de pensões nas rendas de família cujos chefes são aposentados. Os primeiros resultados obtidos de estudo que vem sendo realizado pelo IPEA, em projeto financiado pela Fundação Ford, aponta para a importância do aporte destes benefícios na renda familiar. Segundo a pesquisa, 48% dos 12 milhões de aposentados e pensionistas, ou seja, a metade, são chefes de família, e destes 25% são mulheres. Contudo, ao se medir a diferença das rendas dos domicílios masculinos e fmininos fica constatado que os últimos encontram-se representados em proporções superiores entre os que recebem seguro social neste país, tendo um dia sido capazes de contribuir para os benefícios que hoje recebem. No caso dos domicílios masculinos esta proporção que se encontra na linha da pobreza diminui pela metade.

A conclusão que se depreende é de que a reforma de Seguridade Social deve ser precedida de discussão ampla e profunda por parte de vários setores da sociedade, onde os movimentos de mulheres devem ser agentes dos debates. É necessário que se reflita profundamente sobre os argumentos mal esboçados até aqui quanto a equiparação da idade para aposentadoria entre homens e mulheres. Assim como é crucial a discussão sobre a equiparação da idade para aposentadoria rural e urbana e sobre o fim da acumulação entre os benefícios de pensão e aposentadoria, que prejudicaria sobremodo as mulheres chefes de família.

Há que se ter como ponto de partida a clareza de que tais alterações deveriam ser precedidas por mudanças estruturais no mercado de trabalho, que permitissem as mulheres maior acesso ao mercado formal e melhores salários. Qualquer projeção que se faça para a década vindoura, apoiada nos atuais padrões da participação feminina na PEA, não indica, infelizmente, que as mulheres vão estar gozando de condições igualitárias, enquanto trabalhadoras, daí a precocidade das porpostas.

* Pesquisadora do Departamento de Sociologia da FUNDAJ, doutoranda na The American University, Washington, D.C.

NOMEAÇÕES

CNDM tem novas conselheiras

O Ministro Nelson Jobim já nomeou a nova Presidenta do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, e mais 12 conselheiras. As nomeações estão no Diário Oficial da União de 17 de abril último; para Presidenta do CNDM: Rosiska Darcy de Oliveira, e as conselheiras são: Nélida Pinõn, Margarida Bulhões Pedreira Genevois, Maria Amélia de Lima Freire, Fátima Pacheco Jordão, Maria Tereza Augusti, Lícia Margarida de Aguiar Peres, Maria Filomena Gregori, Eva Blay, Maria Betânia de Melo Ávila, Nilza Iraci Silva, Maria José de Oliveira Araújo, Marah Régia Di Perna.

Rosiska é a nova Presidente do CNDM, e Nilza, conselheira

As representantes das mulheres parlamentares na Câmara dos Deputados e no Senado, Deputada Marta Suplicy e Senadora Júnia Marise, enviaram um ofício ao Ministro Nelson Jobim retirando a proposta inicial para a criação da Comissão Técnica que iria apresentar ao Governo Federal uma proposta para a reestruturação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. No mesmo documento, as representantes justificam essa atitude "lamentando e protestando quanto ao encaminhamento dado à questão pelo Ministro, e o esforço, em vão, dispendido pelas parlamentares, no sentido de garantir uma discussão mais democrática e uma infra-estrutura mais ampla para o, atualmente, combalido Conselho".

COMPROMISSO

Ainda assim, no mesmo documento as representantes "reafirmam o compromisso, cómo mulheres legisladoras, partícipes das lutas feministas há vários anos, de manter relacionamento com todos os órgãos e entidades representativas do interesse feminino".

"O grupo de Conselheiras designado pelo Governo é maduro, responsável e conseqüente".

Maria Tereza Augusti, ex-presidente do Conselho Estadual da Condição Feminina de São Paulo e ex-coordenadora do Fórum de Presidentas de Conselhos Estaduais e Municipais da Condição e dos Direitos da Mulher:

"Espero que o Conselho recupere e compense a pressa na designação das conselheiras, bem como a falta de uma consulta mais ampla às organizações de mulheres. Acho que para isto faz-se necessário um contato imediato com o movimento de mulheres, a fim de responder às expectativas quanto a estrutura, implementação e desenvolvimento de programas pelo CNDM"

Nilza Iraci Silva - *"Sendo o Geledés uma organização específica da mulher negra e o CNDM o órgão oficial do Governo encarregado das políticas públicas para as mulheres, temos a tarefa de garantir a voz das mulheres negras nesta retomada do papel do conselho. Entendemos que apesar do processo em que se deu a sua Constituição, tínhamos a garantia da presença de feministas que historicamente têm demonstrado seu compromisso com a luta das mulheres e a solidariedade com a temática da mulher negra.*

Entendemos ainda, que a presença de forças políticas reconhecidas pelo movimento de mulheres será capaz de recolocar este processo na perspectiva de reaproximar o CNDM aos anseios das mulheres brasileiras"

Ex-senadora Eva Blay - *"Acho muito importante a reorganização do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher"*

Marah Régia Di Perna - *"A indicação do meu nome para compor o Conselho me pegou de surpresa, dada a aceleração do processo. A indicação de Rosiska para a Presidência me deixa feliz, porque ela reúne experiência e fôlego necessários para bancar uma proposta de política pública para as mulheres no Brasil.*

AGENDA/PROJETOS

TESTE DE DNA É VETADO

O Presidente Fernando Henrique vetou no dia 5 de abril o projeto de autoria da Deputada Socorro Gomes (PC do B/PA) que obrigaria a rede hospitalar pública a realizar o exame de DNA. O presidente creditou à falta de recursos- o exame custa mais ou menos US$ 1.000 - da Previdência Social a responsabilidade do veto.

O exame de DNA, o mais eficaz na comprovação da paternidade, facilitaria a resolução de vários casos, que pela falta de recursos dos envolvidos, estão parados hoje nas varas de família de todo país.

Para Socorro Gomes, a atitude de Fernando Henrique demonstra o descaso com que a mulher está sendo tratada pelo atual presidente e justifica: " o presidente alegou falta de recursos na Previdência para vetar o projeto. Justicativa nada convincente, se considerarmos que os custos seriam muito pequenos em relação ao benefício e significaria uma gota no oceano se compararmos ao orçamento da Previdência Social".

BERÇÁRIO PARA FILHOS DE DETENTAS

O Senado Federal aprovou ,no dia 24 de abril, o Projeto de Lei elaborado pela Senadora Benedita da Silva, que obriga as instituições penais a terem, em suas dependências, berçários destinados à amamentação dos filhos das detentas.

O PLC 46/93 (=PL 2347/91) cria condições para presidiárias terem, durante o período de amamentação, a oportunidade de dar aos seus filhos um mínimo de assistência, o que nem sempre ocorre na situação atual. Hoje, os filhos de mães presas acabam parando nas mãos de responsáveis que não arcam com o ônus da maternidade, ou nos abrigos que atestam a todo instante a sua incapacidade de resolver as questões dos menores.

O projeto, apresentado em 1991, será submetido à sanção presidencial, condição para que vire Lei. A sanção resolverá apenas parte dos problemas das mães encarceradas. Afinal, a amamentação é um entre os vários períodos em que os filhos necessitam de assistência.

SANCIONADA LEI CONTRA DISCRIMINAÇÃO

Agora é lei. O presidente Fernando Henrique Cardoso sancionou no dia 13 de abril a lei Nº 9.029, originada do PLC 83/94 (=PL 229/91) de autoria da Senadora Benedita da Silva (PT-RJ) que proíbe a exigência de exame de gravidez, atestado de esterilização e outras práticas discriminatórias, para efeitos de admissão ou de permanência no emprego. No caso do descumprimento da nova lei, a empresa e o empregador estarão sujeitos a punições. O empregador será penalizado com detenção que varia entre um e dois anos, sem prejuízo da multa administrativa e a empresa pagará multa no valor de dez vezes o maior salário pago aos empregados, sendo elevada em 50% a cada reincidência. Além disso, o projeto estabelece restrições civis. A lei, na íntegra, bem como as orientações para utilizá-la serão publicadas na próxima edição do FÊMEA.

SENADO APROVA SUBSTITUTIVO DA CAS

O Plenário do Senado aprovou, no dia 19 de abril, através de algumas manobras políticas do Senador Bernardo Cabral (PP/AM), o pedido de priorização para apreciação do substitutivo do ex-Senador Jonas Pinheiro (PTB/AP) que regulamenta a profissão de empregada doméstica, aprovado na Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Com a aprovação da prioridade, um outro substitutivo, do senador Ney Suassuna (PMDB/PB), aprovado na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), foi excluído da pauta da mesa do Senado. Justamente o que era defendido pelas domésticas por contemplar várias propostas da categoria que aperfeiçoavam o projeto aprovado na Câmara.

Ao ser aprovado na Câmara, em junho de 91, o projeto seguiu para apreciação do Senado onde foi distribuído à duas comissões: CAE e CAS. Na CAS, o Senador Jonas Pinheiro (PTB/AP), relator do projeto na comissão, apresentou um substitutitvo que retirava as garantias sociais apresentadas inicialmente, o qual foi aprovado. Já na CAE, ainda na Legislatura passada, o Senador Jonas Pinheiro que também era relator do projeto nesta comissão, atendendo as reivindicações da categoria e os pedidos das parlamentares Benedita da Silva e Fátima Pelaes (PFL-AP), apresentou um novo substitutivo incluindo novamente as garantias sociais. Este substitutivo foi aceito pelo Senador Ney Suassuna, indicado relator do projeto na CAE na atual Legislatura e foi aprovado.

No dia da votação no plenário do Senado, havia um acordo entre o Senador Bernardo Cabral e a Senadora Benedita para apreciação do substitutivo aprovado na CAE (do Senador Ney Suassuna). Entretanto, no momento da votação, numa rápida manobra, o Senador Bernardo Cabral entrou com requerimento, aprovando o substitutivo da CAS.

Fêmea Pequim' 95

PrepCom de Nova Iorque

Duas reuniões preparatórias à IV Conferência Internacional sobre a Mulher, em Pequim, foram realizadas em Nova Iorque. A cidade abrigou, entre os dias 13 de março e 7 de abril, na sede das Nações Unidas, aproximadamente 1.400 representantes de ONG's de mulheres, além de delegações governamentais de cerca de 200 países.

Nos dias 13 e 14 realizou-se a reunião do Fórum de ONG's, que discutiu e aprovou as propostas para o Plano de Ação e definiu estratégias de atuação das organizações não-governamentais frente à terceira Reunião do Comitê Preparatório (IIIPrepCom) da Conferência.

No dia 15 de março teve início a III PrepCom, constituída por delegações oficiais de governos. Esta reunião debateu e apresentou uma proposta de Plano de Ação, que será submetida à Conferência de Pequim, para discussão e aprovação. A III PrepCom, mesmo tendo seu término previsto para o dia 4 de abril, estendeu-se por mais três dias.

A prorrogação dos trabalhos teve um motivo: a posição retrógrada de algumas delegações que, sob a liderança do Vaticano, obstruíram os trabalhos. Além dos representantes da Santa Sé, países como a China, Irã, Honduras, Argentina e Guatemala formaram o bloco conservador, que aliás já é bastante conhecido por esta postura nos temas relacionados à mulher. Na Conferência de População e Desenvolvimento realizada no Cairo, em 1994, lutaram contra a inclusão dos direitos reprodutivos como direitos de cidadania, e por pouco não reduziram as discussões da Conferência à questão do aborto.

Honduras, Argentina e Guatemala sequer pautaram suas intervenções no que foi definido pelos países latino-americanos e caribenhos representados durante a Conferência de Mar del Plata, que aprovou o Plano de Ação Regional para Integração da Mulher ao Desenvolvimento.

O Plano, elaborado em Mar del Plata e concluído num encontro promovido pela Comissão Econômica para América Latina (CEPAL), em Santiago, reconhecia a diversidade da população feminina e imprimia importantes avanços no sentido da igualdade de direitos entre mulheres e homens.

A delegação brasileira na III PrepCom, pelo contrário, manteve-se firme aos compromissos assumidos em nível nacional e da América Latina e Caribe. Atuando sempre no GRULAC (Grupo Latino-americano e Caribenho), o Brasil alinhou-se aos setores mais progressistas da PrepCom.

O bloco conservador, apesar de estar em franca minoria, conseguiu limitar as possibilidades de se aprovar um Plano de Ação mais avançado. Conceitos como o de gênero, já adotado pelas Nações Unidas e absorvido em diversos planos regionais foram questionados. Buscaram, sem êxito, rediscutir a questão dos direitos da mulher como direitos humanos, plenamente incorporada pela Conferência Internacional de Direitos Humanos, realizada em Viena /1993. As formulações sobre os direitos reprodutivos que constam do Plano de Ação aprovado na Conferência do Cairo, e sobre os quais estes países fizeram reservas, também foram questionadas.

A mesa diretora visando superar o impasse, propôs a constituição de vários grupos informais onde se procuraria obter um consenso mínimo sobre os diferentes ítens da Plataforma de Ação.

Acesso- As grandes discussões realizadas na PrepCom ocorreram justamente nos grupos informais de trabalho. Entretanto, as ONGs não puderam assistir a estes debates porque, dos grupos de trabalho, somente podiam participar as delegações oficiais, mesmo após o Fórum de ONGs ter solicitado formalmente o acesso às reuniões. Fica a dúvida: as ONGs poderão ou não participar de todo o processo?

Em relação às conferências anteriores, a PrepCom pouco avançou. Propostas de avanços, bem como as de retrocesso, não obtiveram consenso no Comitê Preparatório, mas estão registradas e o caminho a se tomar será definido quando setembro chegar, na China. A questão apresentada pelas ONG's, em Nova Iorque, permanece inquietante: as Nações Unidas vão realizar uma Conferência Mundial sobre a Mulher apenas para referendar as conferências anteriores, ou para avançar nas proposições com vistas a igualdade de direitos entre mulheres e homens.

PARLAMENTARES

Bancada brasileira soma esforços

A Bancada Parlamentar Brasileira na III PrepCom somou esforços não só por estar representada por oito mulheres com tradição de luta e conhecimento da temática feminina- a Senadora Emília Fernandez (PTB/RS) e as Deputadas Fátima Pelaes (PFL/AP), Jandira Feghali (PC do B/RJ), Maria Elvira (PMDB/MG), Marilu Guimarães (PFL/MS), Marta Suplicy (PT/SP), Socorro Gomes (PC do B/PA) e Zulaiê Cobra Ribeiro (PSDB/SP), como também pelo alerta feito à PrepCom para a necessidade da presença deste setor nos debates em Pequim.

Para viabilizar esta presença, as parlamentares brasileiras, em conjunto com outras deputadas da América Latina solicitaram à Secretária Geral da Conferência, Embaixadora Gertrude Monguella, a abertura de um espaço específico para as mulheres do Poder Legislativo no âmbito da Conferência Oficial. O pedido foi acolhido pela Secretária Geral, que providenciará data e local específicos para a realização do evento.

Comentários maldosos mostram preconceito contra as mulheres

Apesar de todos os esforços e dificuldades enfrentadas pelas parlamentares para participarem da III PrepCom, aqui no Brasil o evento foi pouco divulgado, e o que é pior, a imprensa teceu comentários maldosos e sem fundamentos deixando transparecer um incontido preconceito contra as mulheres.

Ao retornarem de Nova Iorque, as parlamentares apresentaram aos presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal um relatório de suas atividades, onde chamam a atenção para o papel fundamental do Legislativo na proposição de normas legais que garantam a igualdade de direitos para a mulher e na fiscalização dos atos e ações do Executivo nesta questão.

Os próximos passos das parlamentares voltam-se agora à continuidade dos debates em diversas ações como a organização de seminários com a bancada feminina no Congresso, debates públicos sobre a Conferência de Pequim, confirmação do espaço para o poder legislativo em Pequim e fortalecimento do Fórum parlamentar, particularmente através da articulação das parlamentares da América Latina e trabalhar mais especificamente o tema da mulher no Mercosul.

RELATÓRIO

No que se refere ao traballho no Brasil, o relatório das parlamentares prevê a criação de uma frente parlamentar nacional, criação de uma forma de ação básica para a vigência dos direitos humanos das mulheres, estímulo aos poderes locais - os municípios - a conhecerem e implementarem ações básicas que garantam a igualdade entre mulheres e homens e promovam as mulheres como cidadãs. Além da implantacão de um Plano Nacional para viabilização da Plataforma de Ação Regional e Mundial para promoção das mulheres e o combate à desigualdade e discriminação. E, finalizando, eliminação do analfabetismo das mulheres até o ano 2005.

MULHERES LATINAS

Em reunião realizada durante a PrepCom, as parlamentares do México, Brasil, Cuba, e Costa Rica, definiram também a realização de um Encontro Preparatório com as deputadas e senadoras da América Latina e do Caribe em preparação à Pequim'95. O Encontro está previsto para julho, no México. O Fundo das Nações Unidas para a Mulher, UNIFEM, através de sua representante regional, Ana Maria Brasileiro, apoiou a iniciativa e já está empenhada em conseguir reforço das demais agências da ONU para a sua realização.

Maiores informações entrar em contato com as deputadas mexicanas: Maria Elena Alvarez; Patrícia Garduño; Irene Ramos; Mara Robles; Lucero Saldanha e Gloria Sanchez.

DICA - Quem está pensando em ir à Pequim, e está assustada com o preço das passagens, lá vai uma dica: a Frota Brasil Turismo está com um pacote promocional para ida e volta à China, saindo de qualquer capital brasileira, ao preço de R$1.650,00 à vista, e há também uma outra opção à prazo. As datas de saída previstas seriam 23 ou 27/08, e de retorno 12 ou 15/09. Informações com Bete. Av. Franklin Roosewelt, 84, sala 702. Rio de Janeiro, RJ, CEP 20021-120. Tel.: (021)240-9878.

Agenda Nacional

- **18 maio** - Reunião da Articulação de Mulheres Brasileiras para Beijing' 95, no Rio, para finalizar a preparação da Conferência Nacional.
- **19 a 21 de maio** - Realização da Conferência de Mulheres Brasileiras Rumo a Beijing' 95, no Rio de Janeiro. Instituto Metodista Benett, Rua Marquês de Abrantes , Flamengo - Rio de janeiro - RJ

Agenda Internacional

- **30 agosto a 8 setembro** -Fórum Mundial de ONG's reúne-se em Pequin - China.
- **30 de abril** - Data-limite para a inscrição das organizações não-governamentais no Fórum Paralelo da IV Conferência, em Pequim. *(Formulário Pág 9 e 10)*
- **4 a 15 de setembro** - IV Conferência Mundial sobre a Mulher, em Pequim, China.

ARTICULAÇÃO

QUEM TEM MEDO DA CONFERÊNCIA DAS MULHERES?

* Madalena Guillon

Algo de muito estranho está se passando com relação à IV Conferência Mundial das Nações Unidas sobre a Mulher, que vai se realizar em setembro próximo, em Beijing, na China.

Há menos de cinco meses do evento, o Comitê Organizador chinês quer mudar o local do Fórum Paralelo, que aconteceria no Estádio dos Trabalhadores, com capacidade para 50 mil pessoas, para um outro local, o Huairou Scenic Tourist Area, perto do aeroporto. Esse fato poderia até ser algo normal dentro da organização de um grande evento, como é a IV Conferência, se não fosse o fato de que o novo local fica nos subúrbios de Beijing, a cerca de 70 km do local da Conferência oficial, inviabilizando a participação das ONG's credenciadas nos dois eventos. Sem falar que o auditório de maior capacidade pode abrigar apenas 1.700 pessoas ao mesmo tempo, o que inviabiliza qualquer grande plenária.

Lembrando que a última Conferência da ONU sobre a Mulher que aconteceu em Nairóbi, em 1985, tinha cerca de 15 mil mulheres só no Fórum paralelo, parece brincadeira mas não é. Aliás, não parece que o governo chinês esteja em posição de brincar, até porque disputou com outros países a honra de sediar a IV Conferência e sabia muito bem o que isso significava. O que estamos assistindo é algo de muito grave: é visível que o governo chinês, juntamente com os governos de alguns países com sede nas Nações Unidas, estão trabalhando para inviabilizar a Conferência.

A verdade é que hoje, o movimento internacional das mulheres tem se mostrado uma força política capaz de negociar a nível dos governos e da sociedade civil. Cansadas de belos Planos de Ação que não saem do papel, o movimento das mulheres reivindica mudanças não mais apenas em nome dos seus interesses específicos, mas em nome de toda a população do Planeta. E isso incomoda muita gente.

Cabe então perguntar: quem tem medo da Conferência das Mulheres?

* Pela secretaria-executiva da articulação de mulheres brasileiras para Beijing'95

Conferência Nacional de Mulheres Brasileiras Rumo à Beijing'95

Data: 19, 20 e 21 de maio ADIADA
Local: Instituto Metodista Benett, Rua Marquês de Abrantes, 55- Flamengo, Rio de Janeiro - RJ.
Horários: Dia 19 (19 às 21 h)
Dias 20 e 21 (8h30 às 20h)

Programação preliminar:
Dia 19 - Noite- Abertura: Socialização dos processos das articulações estaduais (Performático/ Criativo), com indicação de quem iria falar, uma vez que o tempo não seria suficiente para a fala de todos os Estados. Seis pessoas falariam, durante 10 minutos, cada.
Apresentação de um grupo cultural; Confraternização.
Dia 20 - Manhã - Continuidade da socialização dos processos.
Tarde - Grupo de Trabalho para apreciação do Documento Nacional.
Dia 21- todo o dia - Plenária.

Para maiores informações, entrar em contato com a Secretaria Executiva da Articulação de Mulheres Brasileiras rumo à Beijing'95
Rua das Palmeiras, 90 - Botafogo/RJ
CEP 22270-070
Tel: (021) 246-0788 Fax: (021) 286-1209

Articulação cancela Encontro

A Articulação de Mulheres Brasileiras rumo à Beijing'95 está comunicando o cancelamento da V reunião do Comitê Nacional prevista para abril, em Brasília, sob a alegação de falta de recursos.

Da pauta elaborada para esta reunião, constava, entre outras coisas, a leitura da versão preliminar do "Documento Nacional", mas os atrasos nos envios das contribuições dos Estados impossibilitaram o trabalho da Comissão de Sistematização a partir do dia primeiro de abril. Na verdade, até o dia 10 de março somente 14 contribuições haviam chegado à Secretaria, entre as 24 esperadas. A Secretaria está planejando enviar aos estados, a partir do dia 4 de maio, a versão preliminar do Documento.

Mulher Negra e Pequim '95 - da Informação à Ação
Geledés - Instituto da Mulher Negra

Mulher, Cidadania, Democracia e Estado*

** Sueli Carneiro

Acredita-se que a Conferência de Pequim se beneficiará dos insumos das Conferências anteriores. A Conferência de Viena assumiu que os direitos da mulher são direitos humanos, o que está consubstanciado na Declaração e no Programa de Ação de Viena, que dão grande destaque à questão da mulher e prega a plena participação da mulher em condições de igualdade na vida política, civil econômica e social e cultural nos níveis nacional, regional e Internacional e a erradicação de todas as formas de discriminação sexual são objetivos prioritários da comunidade internacional.

Se esta declaração avança na compreensão da universalidade dos direitos humanos das mulheres, para nós mulheres não-brancas, seria fundamental uma referência explícita à violação dos direitos da mulher baseada na discriminação racial. Entendemos que a Conferência de Pequim deve colocar de maneira definitiva que o racismo é uma forma de violência cotra os direitos das mulheres que inviabiliza o exercício da cidadania em todas as instâncias da vida social, expressando-se das formas mais sutís às mais violentas que passam pela desqualificação estética, pela desiguldade no acesso ao trabalho, à educação,' à saúde e demais benesses ou direitos sociais. A admissão desta questão é absolutamente essencial para as mulheres não brancas, posto que, se, hipoteticamente fosse suprimir da prática social as desigualdades decorrentes do machismo e da ideologia patriarcal, persistiria um nível de desigualdade entre as mulheres na medida em que o racismo continuaria a operar como elemento classificatório e discricionário para a inserção social das mulheres, alargando as desigualdades raciais existentes entre as mulheres e impossibilitando a unidade da luta das mulheres pela manutenção do acesso privilegiado das mulheres brancas às melhores oportunidades sociais. Esta questão põe em evidência que a construção da cidadania para as mulheres não-brancas envolve questões que extrapolam as contradições e formas de discriminação que são produtos das relações assimétricas existentes na sociedade entre o homem e a mulher.

Nesse sentido, a luta das mulheres em geral depende não-somente da nossa capacidade de superar as desigualdades geradas pela histórica hegemonia do sexo masculino, mas também do combate de outras ideologias que, complementares a esse sistema de opressão como é o caso do racismo, estabelecem tanto a inferioridade dos segmentos não-brancos em geral e em particular das mulheres não-brancas e que operam como fatores divisionistas na luta das mulheres. Deste ponto de vista, o estabelecimento de medidas de combate ao racismo é uma prioridade política e uma bandeira de luta que deve ser assumida pelo conjunto do movimento de mulheres nos níveis nacionais e internacionais, posto que, o racismo atinge pelo menos dois terços das mulheres, em nível mundial , sendo um dos principais fundamentos das práticas xenofóbicas em ascenssão em todo o mundo.

Neste sentido a construção da plena cidadania para as mulheres negras passa, também, pela eliminação dos mecanismos de discriminação racial e pela aplicação efetiva dos dispositivos legais, nacionais e internacionais, que criminalizam a prática do racismo e da discriminação racial.

Políticas globais

Tal como expresso pela "Carta das mulheres negras brasileiras para a Conferência do Cairo", a garantia dos direitos de cidadania das mulheres negras passam pela definição de políticas globais que garantem pleno emprego, programas de abastecimento, de saúde e saneamento básico, educação e políticas urbanas de habitação que têm sido sistematicamente boicotadas por setores conservadores incrustrados no aparelho do Estado e por "lobbies" poderosos comprometidos com interesses minoritários, elitistas e racistas.Tais políticas públicas globais devem incluir a análise das desigualdades de etnia, gênero e classe, na possilidade de construção de um novo de um novo modelo civilizatório, humano fraterno e solidário, tendo como base os valores expressos pela luta anti-racista, feminista e ecológica, assumidos pelas mulheres negras de todos os continentes, pertencentes que somos, a mesma comunidade de destino .

Por uma sociedade multirracial e pluricultural, onde a diferença seja vivida como equivalência e não mais como inferioridade.

** Sueli Carneiro - Filósofa, coordenadora do Programa de Direitos Humanos do Geledés - Instituto da Mulher Negra.

* Parte do texto apresentado no painel Mulheres, Democracia, Prticipação Política e Cidadania", no Fórum de ONGs da América Latina e Caribe em Mar del Plata, Argentina, setembro/94.

ACONTECENDO

ACONTECEU

EPIDEMIOLOGIA

A Rede Nacional Feminista de Saúde e Direitos Reprodutivos realizou um curso sobre Métodos Epidemiológicos em Saúde Reprodutiva, nos dias 24 e 25 de abril, em Salvador. O curso, que fez parte da programação oficial do III Congresso Brasileiro de Epidemiologia destinou-se a pesquisadores, epidemiologistas e sanitaristas. O objetivo era apresentar as metodologias disponíveis atualmente para o trabalho com saúde reprodutiva e, a partir daí, rever a abrangência deste conceito. O curso foi coordenado por Regina Barbosa (Instituto de Medicina Social/UERJ) e Maria Betânia Ávila (SOS Corpo).

REFORMA DA PREVIDÊNCIA

A Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados promoveu, nos dias 11, 12, 19 e 20 de abril o seminário sobre *Propostas para a Reforma da Previdência Social*. A abertura dos debates contou com a presença de quatro ministros de Estado: Reinhold Stephanes, da Previdência e Assistência Social; Adib Jatene, da Saúde; Paulo de Tarso Almeida Paiva, do Trabalho; e Nélson Jobim, da Justiça. A socióloga Clara Maria de Oliveira Araújo, do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher do Rio de Janeiro, participou de uma das 5 mesas de debate, levando o ponto-de-vista das mulheres acerca das propostas de Reforma da Previdência Social. As diversas mesas contaram também com a participação de representantes das centrais sindicais, conselhos, federações e confederações de diferentes categorias profissionais, de aposentados, de magistrados e do Ministério Público da União, além de pesquisadores e organizações patronais, notadamente aquelas ligadas à área de previdência privada.

CONSELHO DO DF

O Conselho dos Direitos da Mulher do Distrito Federal já tem uma nova presidente: Maria Ricardina Sobrinho de Almeida assumiu o cargo em 1° de abril, e já iniciou o processo de consulta para a indicação das demais conselheiras. O movimento de mulheres deve indicar metade das conselheiras, através de lista tríplice. O endereço do CDM-DF é o seguinte: SBS, Ed. Brasília, quadra 1, bloco E, 5° andar - CEP 70072-900, Brasília, DF.

ACONTECE

LÉSBICAS E GAYS

Pela primeira vez na América Latina será realizada uma Conferência Internacional da Associação de Gays e Lésbicas. Espera-se que 1.200 pessoas participem da 17ª Conferência, que acontece no Rio de Janeiro, de 18 a 25 de junho próximo. O tema central de discussão é a cidadania plena para gays e lésbicas. Durante o Encontro se realizará a "Exposição Visibilidade" que, como o próprio título já diz, pretende dar visibilidade a existência lésbica, e propiciar um espaço para exibição da sua produção cultural, artística e ativista. Quem desejar inscrever seus trabalhos, tem até o dia 9 de junho para fazê-lo. Maiores informações podem ser obtidas com o Coletivo Feminista de Lésbicas em São Paulo (Caixa Postal 62641, CEP 01214-970) ou no Rio de Janeiro pelo telefone (021) 322-4150 e fax (021) 254-6546.

CATÓLICAS INAUGURAM NOVA SEDE

No dia 27 de abril, as "Católicas pelo Direito de Decidir", de São Paulo, estão inaugurando sua sede. Além de um coquetel, haverá também o lançamento de uma cartilha do grupo, intitulada "Mulher Corpo... Desejos... Direitos... Vida, muita Vida". Elas esperam que seja um espaço de encontro para mulheres e homens que se esforçam por construir relações igualitárias. A sede funcionará de segunda a sexta-feira, das 13 às 18 horas. Anote o novo endereço: Rua Conde de Irajá, 16 - conjunto 01, V. Mariana - São Paulo - SP.

ONG'S - Cidadania e Democracia

Este é o tema do Seminário que está sendo realizado pelo IBDC - Instituto Brasileiro de Direito Constitucional, nos dias 27 e 28 de abril, no Auditório do Fórum das Américas, em SãoPaulo. Entre outros temas, o encontro discutirá o papel das Organizações Não-Governamentais enquanto instrumento de articulação da sociedade civil, sua influência na definição de políticas públicas e sociais, e a ocupação dos espaços institucionais. Duas mesas específicas debaterão a atuação das ONG's nas questões relativas ao meio ambiente e na defesa do consumidor. Informações sobre este Seminário poderão ser obtidas junto ao IBDC: Rua da Consolação, 3064, 12° andar, conjunto 121-C. CEP 01416-000 Cerqueira César, São Paulo, SP.

CFEMEA - Centro Feminista de Estudos e Assessoria
SCN Qd. 06 Bl. A S/602 - Ed. Venâncio 3000
70718-900 - Brasília - DF

Fêmea
IMPRESSO